

Juventudes: cada um é um em cada

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8745>

Rogers Barbi¹, Jussiane Ribeiro da Luz², Eliane Juraski Camillo³, Marizete Bortolanza Spessatto⁴, Roberta Pasqualli⁵

Resumo: O presente estudo direciona sua atenção para a compreensão dos desafios enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no contexto da interação entre juventudes, escola e trabalho no atual estado sociometabólico do modo de produção capitalista. Adotando uma abordagem qualitativa e descritiva, a pesquisa se concretiza por meio da análise bibliográfica. As categorias de estudo definidas incluem as juventudes, a escola e o trabalho, convergindo para a discussão sobre a disparidade na distribuição de recursos estatais. Como consequência dessa análise, destaca-se que a pesquisa revela uma clara assimetria na atenção do Estado, evidenciando um cenário em que determinados setores recebem maior suporte em comparação a outros. Os desafios na interseção entre Educação Profissional e Tecnológica, juventudes, escola e trabalho são notáveis, refletindo a necessidade urgente de repensar e reequilibrar as políticas educacionais e sociais. Este estudo busca contribuir para a compreensão dessas dinâmicas complexas, visando a promoção de uma EPT mais inclusiva e igualitária, proporcionando atender às diversas demandas da sociedade atual.

Palavras-chaves: Juventudes, Trabalho, Escola, Estado sociometabólico, EPT.

Youths: each one is one in each

Abstract: Abstract: The present study directs its attention to understanding the challenges faced by Professional and Technological Education (EPT), especially in the context of the interaction between youth, school and work in the current socio-metabolic state of the capitalist mode of production. Adopting a qualitative and descriptive approach, the research is carried out through bibliographic analysis. The defined study categories include youth, school and work, converging on the discussion about the disparity in the distribution of state resources. As a consequence of this analysis, it is highlighted that the research reveals a clear asymmetry in State attention, highlighting a scenario in which certain sectors receive greater support compared to others. The challenges at the intersection between Professional and Technological Education, youth, school and work are notable, reflecting the urgent need to rethink and rebalance educational and social policies. This study seeks to contribute to the understanding of these complex dynamics, aiming to promote a more inclusive and egalitarian EFA, meeting the diverse demands of today's society.

Keywords: Youth, Work, School, Sociometabolic state, EPT.

Introdução

Inicia-se a apresentação deste estudo dando destaque ao recorte conceitual que será utilizado para justificar o emprego do termo juventudes. Entende-se que a juventude

¹ <https://orcid.org/0000-0002-3298-5671>

² IFSC <https://orcid.org/0000-0003-2544-7362>

³ IFSC <https://orcid.org/0000-0002-6385-6629>

⁴ IFSC <https://orcid.org/0000-0003-0213-833X>

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Câmpus Chapecó. Pós-Doutora em Educação pela UFRGS. <https://orcid.org/0000-0001-8293-033X>

não é uma só, mas é plural e, por isso, como destacam Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 22), “[...] vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria”. Sendo assim, as juventudes podem ser retratadas e conceituadas sob vários pontos de partida, vinculados não só a dimensão de fase do ciclo da vida mas, também, relacionada com as bagagens sociais, culturais e econômicas.

Considerando o pressuposto apresentado anteriormente e, aventando um olhar crítico para sociedade contemporânea, destaca-se que o enfrentamento às desigualdades a que os jovens estão expostos é urgente. Reputa-se que, a ausência de princípios éticos e do que é politicamente correto, gera desigualdades e provoca estresse e angústias, que promovem um olhar absorto para a dinâmica de que ‘tudo em nós está funcionando bem’, sem questionamentos das mazelas que nos rodeiam.

As juventudes, tema aqui abordado, é uma construção histórica e social. Não pode ser um modelo de estudo imposto, pois é um elemento vivo e, assim, provisório quanto a sua temporalidade; mudada, de forma a que se possa incorporar novos saberes, novas experiências e uma compreensão contextualizada do mundo e das suas culturas que incluem e fortalecem as identidades.

No contexto escolar, é fundamental que se reflita sobre a forma de pensar e sentir o mundo na contemporaneidade a partir de um conceito lúcido do que são as juventudes. Tal reflexão é um exercício ousado de, já que as juventudes são carregadas de estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico, entre outras.

Para conceituar a palavra juventudes, vamos primeiramente diferenciá-la da palavra juventude no singular, pois essa diferença está diretamente relacionada à forma como a noção de juventude é entendida e abordada. A juventude é percebida como uma etapa da vida situada entre a adolescência e a idade adulta, moldada pela construção cultural e social, tendo nuances distintas dependendo da cultura e sociedade a que está inserida. Por outras palavras, faz referência a uma fase da vida, podendo estar conectada com processos vivenciados coletivamente. Como pode ser confirmado em Pereira (2012):

Nesse sentido, pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. Por isso, como já tem sido bastante reiterado pelos especialistas, não é possível falar

no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade (Pereira, 2012, *on-line*).

Já juventudes pode ser compreendida como um apanhado de diversas juventudes, cada uma com sua própria história, trajetória e contexto social e cultural. Assim, considera-se a diversidade e a heterogeneidade das juventudes e reflete a compreensão de que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais.

Como se pode ver em Abramovay e Esteves (2007):

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades (Abramovay; Esteves, 2007, p. 21).

Além disso, é necessário considerar que a definição de juventude é uma construção social e cultural, baseada nos limites e experiências vividas no âmbito social, temporal e cultural. Por isso, falar em juventudes permite entender que essa fase da vida é vivenciada de formas diferentes e pode ser entendida de diferentes modos.

Tendo os pressupostos apresentados anteriormente como balizadores, a preocupação central desta pesquisa volta-se para a compreensão dos desafios apresentados para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) considerando a tríade juventudes, escola e trabalho no estado sociometabólico⁶ do modo de produção capitalista.

Para atingir o objetivo expressado anteriormente, a escrita foi estruturada e organizada em 3 seções, descritas a seguir: a primeira, intitulada como metodologia, tem como objetivo apresentar a contextualização do estudo e seu objetivo principal. Na segunda seção, nomeada como recorte conceitual, dialoga-se com a fundamentação teórica privilegiada neste estudo, a saber: as juventudes numa perspectiva plural, a escola e a EPT, examinando o impacto da pandemia da Covid-19 na juventude e como a crise evidencia as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pelo trabalho no estado sociometabólico do modo de produção capitalista em detrimento da população mais vulnerável, incluindo os jovens. Na terceira seção são apresentadas as considerações finais e, por fim, as referências utilizadas.

Metodologia

⁶ Expressão cunhada por István Mészáros.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, materializada por meio da pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa, conforme Richardson (1999) tem como objetivo fundamental:

Não residir na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (Richardson, 1999, p. 102).

Tal pesquisa faz uso de estruturas teóricas e de interpretação que abordam os significados atribuídos pelos sujeitos a um problema social ou humano, incluindo a reflexão do pesquisador, a descrição e a interpretação do problema investigado. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do/a pesquisador/a com a situação estudada, priorizando o processo em detrimento do produto.

No que se refere às fontes de informação, a pesquisa recaiu em fontes bibliográficas. Bibliográfica, pois pode-se investigar teoricamente o tema, ajudando a delimitar as hipóteses e/ou pressupostos. (Vanz; Stumpf, 2010). A pesquisa bibliográfica é uma forma prática e econômica de aprofundar um problema de pesquisa embasado por trabalhos que já foram elaborados anteriormente.

Segundo Oliveira Junior (2008), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, objetivando a familiaridade com documentos pertinentes ao tema de estudo, devidamente analisados.

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Abaixo, trazemos um recorte sobre juventudes, focalizando, problematizando e refletindo sobre os impactos socioeconômicos trazidos pela pandemia aos sujeitos e seus familiares.

Recorte Conceitual

Juventudes: a revolução da diversidade

O conceito de juventudes não é e nunca foi consensual. A temática é controversa pois existem estudos diversos sobre o que ela representa na temporalidade de sua existência. Segundo Leão e Carmo (2014, p. 14), para alguns, a juventude é um “estado de espírito, uma postura diante da vida associada à alegria, ao vigor, à disposição, à criatividade e ao desejo de mudança. Outros associam a juventude à idade cronológica como sendo o período situado entre a infância e a vida adulta”.

No Brasil, o Estatuto da Juventude considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Ressalta-se, que tal estatuto, em seu §2º, afirma que “Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”. (Brasil, 2013).

No entanto, tal definição não é consenso, já que,

A Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos. [...] A Organização Mundial da Saúde (OMS), instituição da ONU para a saúde, entende que a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a juventude é considerada uma categoria sociológica que implica a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, compreendendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade. [...] No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação federal de 1990 que estabelece direitos específicos para crianças e adolescentes, a adolescência é definida com a fase que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo o período imediatamente posterior à infância.[...] Enquanto no ECA a adolescência não se confunde com a juventude, a definição da ONU abarca uma parte dos adolescentes (Corti; Souza, 2012, p. 11-12).

Considerando a dificuldade de se obter consensos acerca da compreensão conceitual da categoria juventude, destaca-se que é uma parte da existência humana que não pode circunscrever sobre o delineamento da faixa etária. A adolescência, podendo ser categorizada como uma etapa inicial no percurso da juventude, tem em si própria, singularidades, em que o/a adolescente começa a experienciar mudanças psíquicas, sociais e biológicas, que se potencializam nos anos subsequentes da juventude.

Na adolescência, diante de tantas transformações e percepções sobre sua formação humana, o trajeto constante e duradouro se apresenta como um desafio que pode consumir uma vida inteira, frequentemente resultando em um amálgama de alegrias e dificuldades.

De acordo com Abramovay (2002, p. 32), a educação desempenha um papel basilar na qualidade de vida dos jovens, proporcionando “o bem-estar de jovens e adolescentes”, pois constitui uma produção social através das relações interpessoais. Dayrell (2007) também destaca a importância da educação na vida dos jovens ao enfatizar sua capacidade de criar espaços comuns de sociabilização entre eles, enquanto Enne (2011) complementa essa visão ao ressaltar que esses espaços são cruciais para o desenvolvimento integral dos jovens.

De acordo com Pizarro (2001):

Ao final dos anos 90 na América Latina somente a educação tradicional não mais assegurava o fortalecimento do capital humano e por conseqüência novas oportunidades. Segundo o autor, novas instituições e políticas típicas do padrão de desenvolvimento vigente na região favoreceram a ampliação da educação privada e, por outro lado, deterioraram a educação pública provocando um aumento da vulnerabilidade dos estudantes de estratos médios e baixos da sociedade – mais usuais nesta rede de ensino (Pizarro, 2001, p.14).

Simultaneamente, esse espaço temporal vem acompanhado de mudanças hormonais, físicas e psicológicas, sendo plausível à juventude, o sentimento de se sentir vulnerável, impactando em preocupações acerca do seu lugar no seu contexto social. Conforme Dayrell (2007, p. 1105), a “educação da juventude, na relação com a escola, é fator de amplos debates, que, sob uma perspectiva caótica, denotam o fracasso da escola enquanto instituição”. Prosseguindo o autor destaque que:

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretense individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe (Dayrell, 2007, p. 1106).

A vinculação juventude e escola relaciona-se na inter-relação entre os alunos jovens e a instituição escolar.

Denominar o sujeito da ação educativa como jovem implica no reconhecimento de que o aluno, ao chegar à escola, traz consigo uma diversidade sociocultural expressa na fase da vida na qual se encontra, com suas demandas e necessidades específicas, mas também na origem social e respectiva cultura, no gênero, no pertencimento étnico-racial e nas experiências sociais vividas, dentre outras variáveis, que interferem direta ou indiretamente nos modos como cada jovem vai lidar com a

sua escolarização e construir sua trajetória escolar (Dayrell, 2007, p. 1122).

Como exposto anteriormente, as juventudes sofrem várias mudanças, sejam sociais, sejam psicológicas, e denotam desafios e oportunidades para suas vidas. Perceber esses/as jovens e incluí-los/as a ponto de se identificarem torna-se um desafio constante. Para isto, é preciso oferecer aos estudantes uma prática pedagógica que não apenas os instrumentalizem e reforcem os perfis das realidades socioeconômicas e culturais nas quais estão inseridos, mas que, partindo da compreensão das mesmas, prepare-os para a busca pela transformação de suas próprias vidas e a da coletividade, possibilitando a visão que o/a jovem faz de si, como um mote fundamental para a sua melhor compreensão.

Educação Profissional e Tecnológica, o percurso da EPT

O histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT) data do início do século XIX, que na sua origem, objetivava profissionalizar jovens, filhos da classe proletária, desprovidos de recursos financeiros (Magalhães, 2011). Ainda, segundo a autora, tal iniciativa brasileira de formar mão de obra:

ocorreu por decorrência do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual, a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade (Magalhães, 2011, p. 93).

Nessa perspectiva histórica da EPT no Brasil, como avanço nesta modalidade de ensino, é considerado o ano de 1909 como um marco pontual, pois foi quando Nilo Peçanha, que ao assumir a Presidência da República, por intermédio do Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909, inaugurou, nas capitais dos Estados, as Escolas de Aprendizes Artífices. De acordo com Oliveira Junior (2008), essas escolas foram criadas objetivando oferecer ensino profissional gratuito para qualificar uma mão de obra que soubesse produzir consoante a demanda de cada região do País, uma vez que cada local possuía cursos conforme as suas necessidades latentes de trabalho.

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação (Fonseca, 1961, p.163).

Em 1942, Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde no Brasil, propicia uma grande mudança na estrutura educacional brasileira, em que equiparou o ensino profissionalizante e técnico ao nível médio e os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EIT's) (Brasil, 2009).

Na década de 1940, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser chamadas de escolas industriais e técnicas (EIT's) e o Estado passa a terceirizar a formação dos trabalhadores, com o surgimento do SENAI, SENAC, SESC e SESI, atualmente conhecido como sistema S.

O modelo educacional proposto por Gustavo Capanema persistiu até o ano de 1959, quando as EIT's foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF's), passando a adquirirem autonomia pedagógica e administrativa (Brasil, 2009).

Pouco depois, o ensino técnico ganhou um novo status. A fixação por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico. Até então, prevalecia a ideia de que esse tipo de formação era destinada apenas a indivíduos carentes – os mesmos “desafortunados” da época de Nilo Peçanha. A partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia e passou a se basear nas escolas técnicas dos países industrializados (Brasil, 2009, s/p).

Em 1971, o governo de Regime Militar instituiu uma profunda mudança na ordem na educação básica brasileira com a promulgação da Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que instaurava a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2º grau passassem a ter caráter profissionalizante (Magalhães, 2011). Assim, com a crescente aceleração da economia brasileira dos anos 70, houve uma grande procura pelo ensino técnico e profissionalizante e, no ano de 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), centralizados nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos (Brasil, 2009).

Ainda nesse sentido, Brasil (2009, s/p) expõe que:

os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.

Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que instituiu 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). A lei foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro do mesmo ano, com o propósito de comprometer-se com a sociedade na promoção da igualdade, considerando a diversidade social, econômica, geográfica e cultural do Brasil.

O cenário da pandemia da Covid-19, principalmente em seu início, impactou e continua impactando jovens e adolescentes de uma maneira incomum. Como houve necessidade de isolamento social para auxiliar a refrear a disseminação do vírus, houve fechamento de escolas, com a continuidade de oferta de ensino ocorrendo remotamente.

Nos aspectos sociais, já que a escola é um importante espaço socializador, houve, indubitavelmente, prejuízos, em especial a esses grupos – adolescentes e jovens – devido à necessidade de limitação das atividades para conter a disseminação do vírus. Sem contar a estrutura familiar e social, que foi fortemente afetada. Economicamente, também houve uma degradação, puxada por altos índices de desemprego (Binotto; Goulart; Pureza, 2021).

Assim sendo, conjecturamos que a junção de fatores como esses, aliados à carência de políticas públicas em saúde, a estagnação econômica e o isolamento social podem desencadear novas dificuldades no campo da saúde psicológica em adolescentes e jovens, interferindo em suas vidas. Estudos indicam que, em pandemias, o número de pessoas psicologicamente afetadas pode ser superior ao número de pessoas infectadas. (Binotto; Goulart; Pureza, 2021).

Conforme a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde, 2018), a adolescência é apontada como um hiato capaz de proporcionar manifestações psicológicas e a percepção prematura tem sua relevância. Possibilitar psicologicamente, o bem-estar e medidas protetivas contra riscos são imprescindíveis na formação de um ser adulto sadio, pois nessa fase da vida, alterações podem desencadear suscetíveis tormentos psíquicos (Binotto; Goulart; Pureza, 2021).

Restrições, opressão familiar, uso excessivo das redes sociais e internet, luto e alterações das práticas habituais no núcleo familiar podem suggestionar negativamente a mente de adolescentes e jovens. Dito isso, podemos supor que a pandemia da Covid-19,

em algum grau, proporcione um aumento de transtornos psiquiátricos como ansiedade, estresse e depressão (Binotto; Goulart; Pureza, 2021).

Supomos, então, que adolescentes e jovens, em tempo de pandemia, tornam-se mais vulneráveis. Isolamento social e ensino remoto podem acarretar estresse; possíveis falecimentos de entes queridos/as podem trazer dificuldades em lidar com o luto, evidenciando traumas e depressão. Se pertencerem a minorias ou se forem economicamente desfavorecidos/as, podem ficar mais passíveis de um sofrimento psíquico, visto que, a situação acentua questões relacionadas à desigualdade social (Binotto; Goulart; Pureza, 2021).

Por isso, é extremamente relevante a detecção dos diversos males que a pandemia da Covid-19 consegue produzir na vida de adolescentes e jovens, assim como se a situação pode interferir e se pode, em que medida, afetar a saúde mental deste grupo.

Muito Estado para uns e pouco para outros/as

A pandemia da Covid-19 exacerbou/aprofundou as mazelas do modo de produção capitalista, evidenciada pela crise do capital e da própria percepção de sociedade. As doenças, em especial a pandemia, inquietam a sociedade a respeito de enfraquecimento das políticas sociais, em especial de saúde, em escala nacional e global, tendo como protagonista inverso as indústrias do ramo farmacêutico, correndo atrás do prejuízo, mas emplacando um discurso de investimentos, acompanhamento e controle.

Fundamentado na dialética capitalista, a estrutura estatal está a serviço dos poderosos, da classe dominante. A sua ausência é por si só um plano de governo. Basta vermos as políticas neoliberais adotadas pelo Estado, em especial a não revogação do teto de gastos públicos, que não diminuíram nem em tempos de pandemia, isso ratificado pelas próprias palavras de Paulo Guedes (Ministro da Economia do Governo Bolsonaro): “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequeninhas. Então, nós tamos (*sic*) fazendo tudo *by the book*, direitinho”⁷. Através dessa fala, explicita-se o auxílio aos grandes e muito pouco aos pequenos”.

É perfeitamente perceptível que a pandemia da Covid-19 evidenciou ainda mais as perturbações que o modo de produção capitalista nos impõem, evidenciando uma série

⁷ Fonte: Poder360, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fED3GI5lcok>

de precarizações, como a precarização do trabalho e do trabalhador/a e a precarização da saúde, as quais se acentuaram com a pandemia.

Como clarifica Ricardo Antunes, ao expor que:

Bastaram alguns meses de pandemia para tornar evidente que as principais medidas tomadas pelo governo Bolsonaro têm por objetivo atender aos interesses de uma burguesia predadora e predatória que aqui gorjeia. O sinistro, o lúgubre e o funesto são, então, as designações mais singelas que o capitalismo pandêmico no Brasil e seu governo-de-tipo-lumpen fazem por merecer (Antunes, 2020, p. 26).

Segundo o autor, a tragédia já era anunciada e posta em prática desde as reformas de 2016 até 2019, especialmente com a retirada de direitos trabalhistas com as reformas trabalhista e previdenciária⁸, a posse do então presidente, a disseminação de falsas notícias (*fake news*), que corroboraram para um cenário sombrio e entristecedor para o país. Antunes, ao dialogar com tudo que está exposto, reflexiona:

As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexo, todas essas aberrações – e tantas mais – estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados (Antunes, 2020, p. 14).

Para Antunes, não interessa ao capitalismo a durabilidade dos bens para a atenção humana. Ao capitalismo interessa justamente amplificar a valorização das mercadorias, através da exploração da força de trabalho e o retorno acelerado do capital o mais rápido possível. As consequências para os que vivem do trabalho, como denomina o autor, são trabalho e trabalhadores precarizados, informais, terceirizados, inconstantes e “uberizados/as”, os mais novos constituidores da massa digital explorada pelas plataformas de aplicativos.

Antunes salienta ainda sobre a possibilidade de um cenário muito desfavorável caso não haja políticas públicas para geração de emprego e renda, corroborando ainda com as visões de David Harvey sobre o impacto catastrófico da Covid-19 nas economias capitalistas.

Tendo em conta que o trabalho é categoria central nas relações sociais e na produção da existência e Antunes nos adverte que o trabalho precarizado e sem direitos passa a predominar, a problemática, como não poderia deixar de ser, atinge frontalmente

⁸ Reforma Trabalhista: Lei 13.467/17; Lei da Liberdade Econômica: Lei 13.874/19; Reforma da previdência social – EC N° 103/2019.

os/as jovens, que já mantinham essa relação problemática, pois lhes é cobrada experiência no mercado de trabalho, experiência essa que ainda não têm justamente por serem jovens. E se não tiverem oportunidades, não acumularão essa experiência. Em suma, o cenário desfavorável ao trabalho (e conseqüentemente ao trabalhador) no atual estado sociometabólico⁹ do modo de produção capitalista atinge com mais intensidade os/as jovens.

Considerações Finais

"O que é ser jovem?" Pergunta fácil de responder, mas difícil de encontrar em apenas uma definição como visto no decorrer do texto. Ser jovem é passar/viver várias facetas e o ambiente é um relevante influenciador ao qual está inserido. Os jovens passam por um período de descobertas e transições, um momento de transição da infância para a vida adulta, período da busca da independência e junto a chegada das responsabilidades. Fase de enfrentamento para ocupar espaço em uma sociedade tão desigual, excludente e insegura, esses fatores estão entre as maiores dificuldades que os/as jovens enfrentam. Por isso, se faz necessário, escutar, incluir as diversidades e oferecer oportunidades para garantir que todos os/as jovens possam vivenciar sua juventude.

É fato que temos uma ausência ou deficiência de políticas públicas de juventudes que não garante igualdade de oportunidades, sobretudo para as juventudes que estão em desvantagem econômica, educacional, cultural. Convivendo com uma ideologia por trás do sistema capitalista que visa a manter em ordem o que está em curso: a exploração da classe trabalhadora pela burguesia. Esta situação se agravou com a chegada de uma pandemia com proporções severas que atingiu a todos/as em vários aspectos. Isso gerou um impacto nas juventudes e foi necessário pensar o papel da escola neste contexto pandêmico.

Contudo é necessário uma organização e posicionamento das instituições de ensino, dos movimentos sociais, enfim, de toda a população. Tendo em vista, que vivenciamos um cenário político, econômico e cultural que parece só se agravar. Enfrentamos um governo despreparado para governar uma nação gigante como é o Brasil. As transformações são muito importantes para nossa geração, pois elas estão traçadas a valores como a nossa sobrevivência, igualdade e dignidade humana. São as atitudes que

⁹ Expressão cunhada por István Mészáros.

fazem a diferença para estabelecer uma sociedade forte, um mundo com maior igualdade e justiça. O jovem é o agente dessa história quando procura conhecer mais a sua comunidade e fazer parte dela em todos os sentidos, envolvendo-se com os projetos, organizações, associações, grupos, coletivos. Juntos e juntas a força das juventudes podem proporcionar para uma sociedade mais justa. Uma luta que é de todos/as!

Referências

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BINOTTO, B. T.; GOULART, C. M. T.; PUREZA, J. R. Pandemia da COVID-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 195–213, 2021. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/782>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Justiça, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012.

DAYRELL, J. T. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 ago. 2023.

ENNE, A. L. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 7, n. 20, p. 13–35, 2011. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/203>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: CBAI, 1961.

LEÃO, G.; CARMO, H. C. **Os jovens e a escola**: cadernos temáticos juventude brasileira e ensino médio. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

MAGALHÃES, F. P. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional**: reflexões, análises e possibilidades. 2011. 358f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, W. **A formação do professor para a educação profissional de nível médio**: tensões e (in)tenções. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em 19 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Folha informativa: Saúde mental dos adolescentes**. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PEREIRA, A. B. **Juventude, juventudes**. 2012. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2012/04/20/juventude-juventudes/> Acesso em 19 jan. 2023.

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos**: una mirada desde América Latina. Santiago: CEPAL, 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 42-55, maio. 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1105>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Submissão: 07/02/2024. Aprovação: 19/04/2024. Publicação: 20/08/2024.